

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 645 - Brasília, sexta-feira, 6 de março de 1998



Na tribuna, Bezerra pede ao governo providências para acabar com a violência contra os sem-terra. "Existe segmento da sociedade que quer tratar essa gente como bestas-feras", diz



Emília sugere uma revisão urgente da Lei Kandir para estancar os prejuízos

Emília alerta para perdas dos estados

Diante das perdas "comprovadas" dos estados e municípios, a senadora Emília Fernandes sugeriu ontem uma reavaliação da Lei Kandir, que desonera de ICMS os produtos destinados à exportação. Ela pediu apoio a dois projetos em tramitação na Câmara dos Deputados com o objetivo de

corrigir as distorções. Segundo a senadora, a redução de receita está sendo identificada em todos os estados. No Rio Grande do Sul, os prejuízos foram calculados em mais de R\$ 300 milhões ao ano. Minas Gerais estaria perdendo mais de R\$ 400 milhões e a Bahia, R\$ 129 milhões. **Página 7**

Senadores debatem a violência no campo

Morte de sem-terra gera, no plenário, cobrança de providências para evitar novos conflitos

"Essa violência atrapalha a reforma agrária", afirmou ontem o senador Carlos Bezerra ao denunciar a participação de integrantes da Polícia Militar de Mato Grosso no assassinato de um líder sem-terra naquele estado, quarta-feira à noite. Eduardo Suplicy informou que houve problemas com os sem-terra no Rio Grande do Sul e Emília Fernandes pediu atenção do governo ao aspecto social da questão fundiária. Odacir Soares e Ernandes Amorim fizeram reparos à execução da política para o setor. **Página 3**

CPI do Trabalho Infantil ouvirá três ministros

A CPI do Trabalho Infantil está convidando os ministros da Educação, da Justiça e do Trabalho para debater as providências do governo. **Pág. 5**

Projeto originário da Câmara foi aprovado pelo plenário. Medida vale para instituições privadas e indicação será feita por eleição

Alunos vão poder compor os conselhos fiscais das escolas

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que obriga as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos a terem em seus conselhos fiscais um representante dos estudantes, a ser escolhido mediante eleição. Na hipótese de o corpo discente ser constituído de menores de idade, será representado por um pai de aluno, a ser indicado, conforme emenda da Comissão de Educação, pela associação de pais ou entidade comunitária que os represente.

Em parecer sobre a proposição, o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), afir-



Fogaça: transparência na educação mou que o projeto torna mais transparente a administração dos recursos que mantêm as instituições de ensino privadas e poderá proporcionar um maior entrosamento entre as partes envolvidas no processo educacional.

Uma emenda de redação

estabelecendo que o corpo discente constituído de menores de idade poderá ser representado não apenas por um pai de aluno, mas também por uma mãe ou um responsável, foi apresentada à redação final do projeto, aprovada na mesma sessão. Essa emenda receberá parecer da Comissão Diretora do Senado. Em seguida, a matéria voltará à Câmara dos Deputados, já que foi modificada no mérito pelos senadores (através da emenda da Comissão de Educação).

Discutiram o projeto, além de José Fogaça, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS) e Artur da Távola (PSDB-RJ).



Bernardo Cabral fez entrega do texto

ACM recebe emenda que muda imunidade

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o texto de uma proposta de emenda constitucional visando restringir o alcance do instituto da imunidade parlamentar. O objetivo, segundo o senador Antonio Carlos, é preservar a liberdade e integridade dos parlamentares em sua ação política, sem que a imunidade possa ser aplicada para

delitos e crimes comuns.

Após examinar o documento, o presidente do Senado pretende apresentar a sugestão da proposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os dirigentes das duas Casas do Congresso já fixaram entendimento no sentido de que essa iniciativa seja conjunta, decisão que deverá facilitar a tramitação e aprovação da proposta.

Presidente reúne-se com Brindeiro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem, em audiência, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para tratar da tramitação na Casa de matérias do

interesse da Procuradoria. Brindeiro garantiu que o caso Naya não foi o motivo da visita, e afirmou que esse assunto encontra-se na alçada da Procuradoria do estado do Rio de Janeiro.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (10.03.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o "Dia Internacional da Mulher". Oradores inscritos: Leonel Paiva, Júnia Marise e Carlos Bezerra

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos "PDL nºs 48, 49 e 50 97, que aprovam o ato que renova a permissão outorgada às rádios Sociedade Oeste Catarinense Ltda., da cidade de Chapecó - SC, e Veneza Ltda., de Recife - PE, para explorarem serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, e renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana - MS, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média; e "Projeto de Resolução nº 8/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 57 milhões, de principal, destinada ao financiamento, parcial, da primeira etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

Quarta-feira (11.03.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Votação em segundo turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e nor-

mas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal

COMISSÕES

Terça-feira (10.03.98)

ESPECIAL

10h - Abertura da I Semana da Mulher. Senado Galeria - Térreo do Anexo I

Exposição "Saúde da Mulher". Senado Galeria - Térreo do Anexo I

Quarta-feira (11.03.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/1995, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 58/1995, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

V Endicon - Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno. Auditório Petrólio Portella

Passarinho revela fatos políticos na TV Senado

Convidado do programa "Sete Dias na Política", o ex-senador Jarbas Passarinho, que foi ministro da Justiça do ex-presidente Fernando Collor, revela a tentativa de um acordo entre o PSDB e Collor, durante um jantar na casa de Pas-

sarinho.

No programa, que vai ao ar hoje às 19h30 e às 22h30, o ex-senador também comenta o livro *Geisel*, organizado pelos jornalistas Célio Castro, Maria Celina D'Araújo e Gláucio Soares.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Ao lamentar a morte de líder sem-terra, senador denuncia uma "teia pública" formada por latifundiários, jagunços e policiais militares em Mato Grosso

Bezerra cobra medidas contra violência rural

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) denunciou ontem a "participação" de integrantes da Polícia Militar de Mato Grosso do município de Terra Nova no assassinato do líder sem-terra Teodomiro Ferreira de Souza, ocorrido na quarta-feira à noite. Ele afirma que existe uma "teia pública" montada por proprietários de latifúndios, jagunços e policiais militares na região, "que já matou, inclusive, o filho do próprio Teodomiro e outro colega trabalhador rural".

- As mortes são anunciadas - disse o senador, lembrando que por causa da "trama" já solicitara por diversas vezes, em seu nome e do seu partido, ao governador e ao secretário de Segurança, o afastamento do delegado de polícia de Terra Nova e de membros do corpo policial local, conhecidos por todos os habitantes como participantes de tais crimes.

- Essa violência atrapalha a reforma agrária, quando Mato Grosso já assentou 40 mil famílias. Existe um segmento da sociedade que quer tratar essa gente como "bestas-feras" -



Bezerra: "Mortes anunciadas"

indignou-se Carlos Bezerra.

Bezerra solicitou, em nome da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso (Fetag-MT), ao ministro da Justiça, Iris Rezende, providências imediatas no sentido de que se dê um fim a essa "lamentável violência".

Ele foi apartado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, que denunciou escaramuças ocorridas no Rio Grande do Sul, quando "rajadas de tiros" foram ouvidas em agrupamentos

dos sem-terra localizados no interior do estado, na quarta à noite. Suplicy lembrou ainda a impunidade em relação ao episódio ocorrido em Eldorado dos Carajás, há dois anos.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), por sua vez, lembrou que os conflitos ocorrem porque o governo federal, com sua proposta neoliberal, não consegue conciliar política fundiária com política agrícola, esquecendo-se do aspecto social do problema.

Os senadores Odacir Soares (PTB-RO) e Ernandes Amorim (PPB-RO) também apontaram problemas na execução da política fundiária do governo. Para Odacir, é um erro desapropriar pequenas propriedades, de mil ou dois mil hectares, quando existem muitos latifúndios improdutivos que permitem o assentamento de inúmeras famílias. Amorim informou que o hectare em Rondônia está na faixa de R\$ 150: "O governo federal tem a grande oportunidade de realizar, a custo praticamente zero, a grande reforma agrária de que o Brasil tanto precisa".

Senadores visitam áreas de enchentes

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao plenário da Casa que os senadores da bancada paulista estarão visitando, neste final de semana, as áreas mais prejudicadas pelas grandes enchentes que atingiram diversas regiões de São Paulo nos últimos dias.

A bancada no Senado viaja em missão externa semelhante à que será cumprida por uma delegação de deputados especialmente designada pela Câmara para esse fim.

Júnia defende terceira faixa em rodovia de Minas Gerais

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) comunicou que nesta quarta-feira, dia 11, terá, juntamente com sete deputados estaduais mineiros, uma audiência com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, oportunidade em que irá pleitear a construção, ainda este ano, de uma terceira faixa na BR-267, no trecho entre Juiz de Fora e Leopoldina.

Segundo a senadora, essa rodovia atravessa uma das regiões mais industrializadas de Minas Gerais e tem um tráfego intenso, ocasionando um número de acidentes extremamente elevado, daí por que defende a realização imediata da obra para que possam ser poupadas muitas vidas.

Quintanilha vê saldo positivo

Quintanilha elogia aceitação de código de trânsito

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ontem que a população brasileira tem-se mostrado

absolutamente receptiva às mudanças oferecidas pelo novo Código de Trânsito, pois assimilou a importância desse instrumento para reverter o quadro caótico em que havia se transformado o trânsito brasileiro.

- O certo é que tanto o Poder Executivo, autor da proposta, quanto o Legislativo, que a discutiu, assim como todos os que participaram desse debate, estão de parabéns por terem contribuído para que obtivéssemos uma legislação moderna, sintonizada com os anseios da população brasileira - afirmou.

Leomar Quintanilha disse que o saldo é positivo, uma vez que vidas estão sendo preservadas e a racionalidade começa a domesticar as loucuras que faziam do trânsito a arma mais mortífera da atualidade. "As novas regras estimulam novos comportamentos, que engrandecem a cidadania e preservam o nosso habitat das, até então, costumeiras agressões", acrescentou.

Leonel cobra do GDF pagamento de gratificação

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) cobrou ontem do governo do Distrito Federal o pagamento da Gratificação de Atividade Militar (GAM) devida aos policiais militares. Observando que os salários pagos aos profissionais de segurança pública nem sempre são os mais justos, ele considerou incompreensível que o servidor não receba uma gratificação a que tem direito.

Leonel Paiva informou que, no ano passado, a União repassou para o Distrito Federal os recursos destinados ao pagamento dessa gratificação, que estava atrasada, garantindo a continuidade da remuneração a bombeiros e policiais militares. No entanto, os policiais militares continuam sem receber suas gratificações,

"não por culpa de quem mantém e organiza o governo federal, mas por culpa do governo do Distrito Federal".

O senador atribuiu "a uma clara retaliação política" o não-pagamento da GAM aos policiais, informando que recente pesquisa realizada pela Associação dos Cabos e Soldados da PM do Distrito Federal colocou o senador José Roberto Arruda com 48% das intenções de votos para a futura eleição ao governo do Distrito Federal, ficando Cristovam Buarque atrás.

- Como vamos justificar que um soldado não recebeu seu dinheiro por causa da sua predileção política? Como vamos dizer a ele que cumpra a lei, se a mesma não lhe é aplicada? - argumentou o senador.

Leonel Paiva informou ter re-



Leonel acusa GDF de retaliação

cebido diversas ligações telefônicas de policiais militares reclamando por que só os bombeiros receberam a gratificação atrasada. O senador disse que sua preocupação consiste no fato de que a sociedade depois cobrará desses profissionais discriminados uma atitude profissional correta e isenta de qualquer discriminação.



Amin: contradição na propaganda

Amin aponta dificuldades da Escola Técnica de SC

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) fez apelo ao Ministério da Educação em favor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, que, segundo disse, está em dificuldades não só para recompor a força de trabalho desfalçada por aposentadorias e demissões voluntárias, mas também para honrar compromissos do dia-a-dia, inadiáveis e imprescindíveis para o seu funcionamento.

Conforme o senador, a julgar pela intensa campanha que se divulga pela televisão no sentido de garantir vagas a quantos queiram estudar, pode-se concluir que o governo finalmente elegeu a educação como meta. "É, entretanto, contraditório verificar que, enquanto o desejo governamental é de que nenhuma criança fique fora da escola, as próprias escolas mantidas pelo MEC estejam em dificuldades para continuar funcionando a contento", afirmou.

Amin disse que a Escola Técnica Federal de Santa Catarina não tem nenhum recurso orçamentário para investir neste ano, apesar de ter apresentado boas propostas à Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação, como o Projeto Colmeia - Incubadora Tecnológica de Softwares.

Para ele, o projeto teria grande utilidade não só para o estado, mas para todo o país, por contribuir efetivamente para a formação dos futuros microempresários, na área de informática aplicada e no desenvolvimento da competitividade. "Esse projeto é a resposta da Escola Técnica à proposta do MEC de educação para competitividade, mas o ministério resolveu desconhecê-lo", afirmou Amin.

Senador sugere a definição de uma agenda de matérias que devem ser apreciadas antes das eleições de outubro

Palmeira quer prioridade para reformas e planos de saúde

A necessidade de se priorizar a apreciação de projetos mais urgentes, na Câmara e no Senado, neste ano de eleições gerais, foi defendida pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). Ele destacou como proposições importantes para o país, "além das duas emendas constitucionais da Previdência e da reforma administrativa", a regulamentação dos planos de saúde e as medidas propostas pelo governo para a reformulação da segurança pública.

Palmeira observou que a atual legislação "consagrou alguns progressos" ao reduzir o prazo de propaganda gratuita no rádio e na TV de 60 para 45 dias, e quando fixou o mês de



Palmeira: emendas à Constituição

junho como limite para as convenções partidárias. Nessas condições, conforme acentuou, o período efetivo de campanha se estenderá de julho a setembro, no caso dos pleitos que

vão ser decididos em primeiro turno, e se prolongará até meados de novembro, caso o resultado final das eleições majoritárias dependa do segundo turno.

- Teremos um pouco mais ou um pouco menos de um mês para decidirmos sobre o Orçamento do próximo ano e sobre assuntos urgentes que fatalmente se acumulam nos últimos dias da sessão legislativa. Como não poderemos entrar em recesso em julho, antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seria de toda conveniência que pudéssemos tratar desde logo do projeto respectivo, para cuja discussão e aprovação disporemos de cerca de 120 dias - disse.

Mudança no sistema político deve ser incluída na pauta, diz Machado

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), salientou ontem que, além da abertura de crédito especial para a reconstrução das vidas atingidas pelo desabamento do Palace II, determinada pelo presidente da República, da instauração de processo de cassação do mandato do deputado Sérgio Naya e da discussão e votação das propostas de emenda constitucional 2, 3 e 10, que alteram o instituto da imunidade parlamentar, é preciso uma reforma do sistema político brasileiro.

Para o senador, os fatos re-

centes "corroboram a urgência de efetuarmos uma profunda e sistêmica reforma política, eleitoral e partidária". A reforma implicaria o resgate do instituto da fidelidade partidária, o estabelecimento de critérios objetivos para os partidos terem representação na Câmara dos Deputados e a instituição do voto facultativo e do financiamento público das campanhas políticas, entre outros temas.

A alteração do instituto da imunidade parlamentar, na opinião do senador, deve estar integrada e guardar coerência



Machado quer atualizar leis com aquelas outras mudanças do sistema político, reiterou.

Sérgio Machado também dirigiu suas condolências às famílias enlutadas do Palace II.

Suplicy defende auditoria no Inpe

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender, em entrevista, a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria na licitação realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para instalação de plataformas para os satélites da Missão Espacial Brasileira.

Segundo ele, há indícios de favorecimento. Por este motivo,

apresentou requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle para que seja realizada tomada de contas especial visando a apurar possíveis irregularidades. O requerimento deveria ter sido apreciado ontem, mas, devido à realização de sessão extraordinária no plenário do Senado no mesmo horário, somente será analisado na próxima quarta-feira.

O pedido de tomada de contas foi motivado por documentação enviado ao senador pelo Consórcio Avibrás, desqualificado da concorrência. Entre as possíveis irregularidades, Suplicy aponta a omissão de um parecer de consultor externo, somente tornado público após a divulgação do resultado da licitação, vencida pelo consórcio americano Tectelcom.

Terceirização no governo é analisada em mesa-redonda

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) participou ontem à noite, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, de uma mesa-redonda sobre as Organizações Sociais e a Terceirização. A convite do ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, o parlamentar foi o mediador do debate.

A iniciativa do encontro foi da Fundação Pro-Unirio, e o ministro Bresser Pereira fez a exposição inicial sobre a transferência de funções sociais do Estado para entidades privadas sem fins lucrativos. Foi o Ministério da Administração que elaborou os projetos para a legislação básica desse terceiro setor.

Um dos parlamentares mais preocupados com a modernização do Estado brasileiro, o senador Lúcio Alcântara mediu os debates, apresentando comentários sobre as reformas em curso no Brasil. Representantes do governo federal e de organismos financiadores de iniciativas sociais estiveram presentes a essa mesa-redonda.

TV Senado discute doação de órgãos

O sistema que envolve a doação de órgãos no Brasil será analisado hoje, na TV Senado, pelo senador e médico Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e pelo secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde de Antônio Werneck.

O debate, que vai ao ar às 8h e às 13h15, esclarecerá como se constata a morte cerebral, como funciona a Central de Transplantes e qual a percentagem de aumento do número de transplantes depois que a lei de doação de órgãos entrou em vigor.

Depois de criticar postura do presidente da República, senador cobra implantação do programa de renda mínima para erradicar pobreza

Suplicy aponta descaso do governo com desemprego

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem o aumento da taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país, que atingiu 7,25% da população economicamente ativa contra 4,84% em dezembro. "Preocupa-me a pouca sensibilidade do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à questão social", disse.

Suplicy citou declarações do presidente da República de que o que estava havendo no país era apenas uma sensação de desemprego, e de que as taxas verificadas no Brasil equivaleriam, em outros países, a um percentual considerado de pleno emprego.

- Será que o presidente não está informado de que o IBGE registrou a maior taxa de desemprego em 13 anos? E que em São Paulo chegou a 8,51%, a maior registrada desde 1983? - indagou.



Suplicy pede atenção ao social

Suplicy destacou que, muitas vezes, o IBGE, responsável por tal aferição, considera ocupadas pessoas que exercem atividades extremamente precárias, não regulares.

O senador aproveitou para defender a adoção do programa de renda mínima, que poderia estar "ajudando o governo federal, o Brasil, a erradi-

car a pobreza, a melhorar a distribuição da renda e a tornar consistente o crescimento econômico"; citou o apoio do PFL à idéia, explicitado em documento ainda não divulgado, e condenou a falta de empenho do governo em regulamentar o projeto:

- Compare-se a velocidade que o Poder Executivo tem para instituir a medida provisória que criou o Proer, salvando inúmeras instituições financeiras, com a velocidade com que o governo age para resolver os problemas do desemprego e erradicar a pobreza. Essa é a natureza de um governo que tem muito mais ouvidos para os poderosos.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o governo, citando o trabalho da Comunidade Solidária e afirmando que nenhum governo fez tanto pela reforma agrária como o de Fernando Henrique Cardoso.

Júnia pede a Fernando Henrique revisão de política econômica

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que faça uma revisão na política social e econômica do governo, alertando que as taxas de juros, que considera as mais altas do planeta, devem provocar a redução do PIB brasileiro.

- O enfoque dado pelo governo na economia do nosso país demonstra que os dados são alarmantes, que essa política de juros vai prevalecer e vai repercutir de uma forma inexorável na redução do PIB brasileiro - alertou Júnia.

A senadora apresentou uma análise feita pela *Gazeta Mercantil* prevendo que o PIB no primeiro tri-



Júnia Marise previu queda do PIB mestre do ano cairá 1% "ou pouco menos", enquanto a coleta de imposto teve um crescimento real de 10% na arrecadação federal entre os meses de janeiro e fevereiro.

- Para o setor privado, os dois fatores adicionados significam uma queda de 3% na renda

real - assegurou a senadora, acrescentando que se a situação for prorrogada até o final do ano, a tendência será uma redução de R\$ 25 bilhões do dinheiro disponível para quem produz no país.

Júnia Marise afirmou que o setor produtivo é o mais penalizado pela política econômica adotada pelo governo, citando como exemplo o aumento dos índices de desemprego - na faixa de 3% a 4% ao mês.

- Essa situação demonstra taxativamente que é preciso mudar os rumos e fazer a correção desse programa econômico, para que possamos sustentar o desenvolvimento econômico e social do país sem sacrificar mais a sociedade brasileira - disse.

CPI do Trabalho Infantil ouve ministros em audiência pública

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Trabalho Infantil deve enviar nos próximos dias convites aos ministros da Educação, Paulo Renato, da Justiça, Iris Rezende e do Trabalho, Paulo Paiva, para que compareçam a audiências públicas da CPI, conforme ficou decidido na última reunião, no final do ano passado. As datas das audiências serão definidas após consultas a essas autoridades.

Reunida na manhã de ontem sob a presidência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), os integrantes da CPI discutiram ainda aspectos da viagem que farão nos dias 16 e 17 ao Ceará, para diligências sobre o



Marluce Pinto: diligências trabalho infantil. Já estão definidas viagens com o mesmo objetivo aos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia.

Odacir diz que Congresso não está alheio à infância

O senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que o Congresso Nacional não está alheio às preocupações mundiais com a sorte da infância desprotegida, como demonstra a instalação há dois anos da CPI do Trabalho Infantil.

Ele manifestou seu desejo de que essa Comissão conclua logo seu trabalho, a fim de orientar a participação do Legislativo no esforço mundial pela preservação da infância. E levou a plenário informações do dossiê distribuído pela Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, realizada em outubro de 1997 em Oslo (Noruega).

Com base nesse documento, disse que cerca de 250 milhões de crianças trabalham hoje em todo o mundo, a maioria em circunstâncias extremamente nocivas ao seu desenvolvimento físico, social, emocional e espiritual. E informou que se amplia, entre os governos e a sociedade civil, o consenso em torno da necessidade de ações imediatas para proteger todas as crianças contra o trabalho pernicioso.

Odacir Soares também dis-



Odacir: proteção ao menor

se que cresce em todo o mundo a compreensão das relações existentes entre o trabalho infantil e a educação. Por isso, a participação de crianças em trabalhos nocivos à sua saúde está estreitamente vinculada à ausência acentuada de oportunidades educacionais.

Citando o dossiê, o senador Odacir Soares explicou que o trabalho e a escola estão relacionados com as poderosas forças políticas que exigem para sua perpetuação uma população sem educação.

Lembrando o transcurso da Semana Internacional da Mulher, senador analisa a progressão profissional feminina no país: "Se foi lenta no passado, hoje ganha extraordinária velocidade"

Lobão destaca ascensão da mulher

O senador Edison Lobão (PFL-MA) homenageou ontem a mulher brasileira pelo transcurso da Semana Internacional da Mulher, lembrando que o dado mais auspicioso é o de que a progressão profissional feminina no país, "se foi lenta até determinado período historicamente recente, passou a ganhar extraordinária velocidade nas últimas décadas".

Segundo o senador, não se trata de uma disputa por po-

sições entre homens e mulheres. "O que se buscou e ainda se busca na evolução cultural da sociedade é admitir-se que os dois sexos, na vida profissional, têm de alcançar a desejada equidade", ressaltou.

Lobão informou que, de cada 100 trabalhadores ativos em fins da década de 30, 94 eram homens e apenas seis, mulheres. "Nos dias atuais, 35% dos trabalhadores no mundo são mulheres, numa progressão que aumenta a

cada ano", disse.

Edison Lobão manifestou, contudo, sua preocupação com outra face da vida das mulheres. "Se sua ascensão é motivo de júbilo para nós, deste lado do mundo, não o é em outras partes do planeta, nas quais a mulher ainda se mantém subjugada, às vezes até mesmo terrivelmente mutilada por atrasos culturais que agredem nossas expectativas de pessoas civilizadas", afirmou.



Lobão defende equidade

Rádio Senado presta homenagem com programas especiais

Luiza, de Tom Jobim, *Lúcia* e *Carolina*, de Chico Buarque, e *Conceição*, interpretada por Cauby Peixoto, são algumas das músicas do programa "Nomes de Mulher", que marca o transcurso do Dia Internacional da Mulher, no próximo domingo. Com apresentação do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o programa será transmitido

amanhã, às 16h. E no domingo, além da reprise do "Nomes de Mulher", às 22h, a rádio comemora a data colocando no ar apenas músicas interpretadas por cantoras e compositoras brasileiras.

Artur da Távola também apresenta neste fim de semana "A Música Erudita e seus Mestres", que traz o *Concerto para Piano e Orquestra*,

opus 54, de Schumann, e as *Valsas* nº 9, 10, 11 e 14, de Chopin. A transmissão será feita no sábado e no domingo, às 11h.

Já o programa "Século XX" analisa a conjuntura política, social e cultural do país antes e depois do golpe de 1964. O aparecimento de Elis Regina, o sucesso da Bossa Nova e o surgimento da música engaja-

da de Geraldo Vandré. Sérgio Ricardo e Carlos Lyra são alguns dos assuntos do "Século XX", que vai ao ar amanhã, às 22h, e no domingo, às 17h.

E o programa "Autores e Livros", transmitido no sábado, às 10h30, e no domingo, às 19h30, analisa a obra *Grandes Sonetos da Nossa Língua*. A apresentação é da escritora Margarida Patriota.

Tuma destaca trabalho de Ruth Cardoso

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou a primeira-dama, Ruth Cardoso, pelo trabalho que tem realizado



Tuma: dignidade

no combate à fome, à frente do programa Comunidade Solidária. Esta atuação, observa o senador, levou a FAO, órgão das Nações Unidas, a conceder a dona Ruth o prêmio Ceres, "uma homenagem que reconhece seu trabalho humanitário".

Resaltando ainda o destaque concedido a dona Ruth pela revista *IstoÉ*, na sua última edição, observou que a primeira-dama "vem, com discrição, com dignidade, colaborando com o presidente Fernando Henrique no desenvolvimento de um projeto social eficaz".

Senado aprecia 13 matérias na semana

O Senado reiniciou suas atividades normais de 1998 na segunda-feira (dia 2), respaldado pelo saldo favorável de 48 matérias aprovadas durante a convocação extraordinária (de 6 de janeiro a 13 de fevereiro). Nesta semana, o plenário já apreciou 13 itens constantes da Ordem do Dia, e encerrou a fase regimental de discussão da emenda da reforma administrativa, cuja votação está marcada para a próxima quarta-feira, dia 11.

Entre as matérias aprovadas está o substitutivo da senadora Marina Silva (PT-AC) ao projeto da Câmara que regula a proteção e utilização das cavernas, estabelecendo penalidade de detenção e multa aos depredadores. Também foi aprovado pro-

jecto obrigando as escolas particulares isentas de impostos a abrirem vaga para os alunos no Conselho Fiscal, de forma a garantir mais transparência à administração.

O plenário apreciou outros três projetos, renovando concessões de rádios, e oito reterimentos, e realizou, na última quarta-feira, sessão de homenagem à memória do ex-senador Darcy Ribeiro.

A semana foi de atividade intensa nas comissões. A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) aprovou pareceres a vários projetos importantes, como: exigência de foto em cartão de crédito; liberação de cassinos e jogo do bicho; ampliação das ineligibilidades; segurança vitalícia dos ex-presidentes da República; diretrizes nacionais de defesa civil e seguro civil obrigatório.

Outras comissões permanentes promoveram debates com autoridades, para dar subsídios às próximas votações. Os ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, os presidentes do Ibama, Eduardo Martins, e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Márcio Nogueira Barbosa, e representantes de organizações não-governamentais compareceram ao simpósio sobre desmatamento na Amazônia, realizado na CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Trabalho Infantil reuniu-se para decidir sobre o roteiro dos trabalhos, que incluiu convites para audiências com ministros de Estado e viagem aos estados.

Sancionada lei que protege espaço aéreo

A lei que permite a destruição de aeronaves hostis que invadam o espaço aéreo brasileiro foi sancionada ontem pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A nova legislação possibilita essa alternativa depois de esgotados os meios coercitivos legalmente previstos e que não obtinham resultado. O projeto que ensejou a lei, de autoria do Executivo, foi aprovado no último dia 11 pelo Senado, durante a convocação extraordinária.

A nova lei prevê punições para a autoridade que agir com excesso de poder. O relator do projeto, senador José Agripino (PFL-RN), afirmou, durante a votação, que o propósito é oferecer instrumentos à FAB na interceptação de aviões usados por contrabandistas e por narcotraficantes que entram no território brasileiro:

- Não há objetivo belicoso ou militar no projeto. Pela sua extensão territorial e pela sua vizinhança, onde se produz narcóticos, o Brasil é um singular espaço físico para circulação e escoamento de narcóticos. Por isso, o país precisa também de uma legislação singular para sua proteção - concluiu.



Agripino: instrumentos à FAB

Lei Kandir é a principal responsável pela queda na receita, constata senadora ao propor que o governo federal ouça secretários estaduais de Fazenda para realizar ajustes na legislação

Emília alerta para perdas dos estados

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu ao governo federal que reavalie os efeitos da Lei Kandir para evitar que a desoneração do ICMS continue provocando perdas de arrecadação para estados e municípios.

- Assim como o governo, que, diante das dificuldades dos estados e municípios, admitiu a redução dos juros, também é importante que se discuta com governadores, representantes das secretarias de Fazenda e parlamentares, para que se ajuste essa lei - argumentou.

Emília fez um apelo também à Câmara dos Deputados para que analise urgentemente projetos que tramitam na Casa, com o objetivo de corrigir distorções da lei.

- Há dois projetos tramitando na Câmara, um do deputado Miguel Soldatelli Rosseto (PT-RS) e outro do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), que alteram a Lei Kandir, suprimindo mecanismos de seguro-receita e a revogação definitiva do crédito do ICMS para bens de uso e consumo - informou.

Segundo a senadora, o assunto foi debatido por parlamentares da bancada gaúcha e secretários de Fazenda de vários estados, durante encontro no dia 4 fevereiro. Na oportunidade, conforme relatou, o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, César Bussato, divulgou documento garantindo que só no estado a perda de receita prevista seria de cerca de R\$ 313,7 milhões,

valor menor que o registrado.

- A perda de receita prevista para o estado do Rio Grande do Sul, após a sua vigência, seria de R\$ 313, 7 milhões anuais, a partir de 1997, valor que, corrigido até fevereiro de 1998, representa R\$ 375,4 milhões. Esse valor foi acordado entre o estado e a União como valor máximo de restituição e seria repassado pelo mecanismo do "seguro-receita". Essa perda é ainda menor que a efetivamente ocorrida, que ascende a R\$ 467,9 milhões.

A senadora disse que a diminuição da receita pode ser identificada em todos os estados do país. "A Bahia teve uma perda de mais de R\$ 129 milhões; o Espírito Santo, mais de R\$ 148 milhões; Mato Grosso, mais de R\$ 82 milhões;



Emília: estados estão falidos
Minas Gerais, mais de R\$ 432 milhões", citou.

Emília Fernandes assegurou que acompanhou o voto dos demais senadores pela aprovação da lei, atendendo aos "veementes apelos de governadores e secretários de Fazenda que defenderam a matéria", lembrando que previa as perdas de arrecadação e alertou para essa possibilidade.

Jonas pede revisão da carga de impostos para salvar pecuária

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu ontem a necessidade de o governo federal reformular, com urgência, o sistema tributário, argumentando que o enorme potencial da pecuária bovina de corte está comprometido pela exagerada tributação incidente nesse setor. A revisão das alíquotas e dos critérios de cobrança do ICMS, do PIS e da Cofins foi considerada outra medida necessária para minimizar o agravamento da crise.

Explicou o senador que a sonegação fiscal, somada às condições desiguais de competitividade, pode desorganizar o comércio de carne e couro. Jonas Pinheiro chamou atenção para o afastamento de grupos industriais importantes, como Sadia, Ceval e Cargill, que tem gerado sérios problemas sociais. Segundo afirmou, foram dispensados cerca de 3.700 empregados em Mato Grosso do Sul e em Goiás, somente nos últimos dois meses.



Jonas vê tributação exagerada

Segundo ele, tem aumentado a clandestinidade no abate de animais e na distribuição de carne, o que compromete a qualidade do produto consumido pela população. Nesse sentido, Jonas Pinheiro reforçou seu apelo por uma "imediate atenção" por parte do governo federal direcionada à cadeia produtiva da pecuária de corte. Os representantes do setor também esperam que sejam implementadas medidas para garantir a continuidade de suas atividades, informou o senador.

Hospitais do Pará estão sucateados, afirma Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem a situação de calamidade verificada nos hospitais públicos do Pará, especialmente os dos municípios de Itaituba, Santarém, Monte Dourado, Altamira, Capanema e Marabá, da Fundação Nacional de Saúde (FNS), e cobrou do presidente da entidade, Januário Montone, informações sobre como foram gastos os R\$ 25 milhões que teriam sido liberados para o estado em 1997 e sobre quanto será destinado em 1998.

- Quero que ele diga onde está o dinheiro, porque os hospitais estão liquidados, sucateados, com leitos fechados, e essa é a política para a Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso: a da destruição da saúde pública do país. A malária e a dengue grassam no estado, e a Fundação Nacional de Saúde nunca recebeu um único centavo em 1998 - assinalou, para observar que, enquanto isso, há dinheiro para a compra de votos para que o PMDB não lance candidato próprio à Presidência da República.

Ademir Andrade salientou

que nas regiões pobres do estado a população está "morrendo à míngua", sem assistência médica. Segundo o senador, no hospital de Monte Dourado, apenas 18 dos 98 leitos estão em funcionamento, por dificuldades de manutenção. Já em Itaituba, conforme relato de Ademir Andrade, não há dinheiro "sequer para comprar um quilo de sal".

O senador afirmou que o dirigente estadual da FNS foi nomeado em troca do voto de um deputado pela reeleição de presidente da República. Para Ademir Andrade, se o nomeado fosse competente e sério, tudo bem: "O que se sabe é que a falcatrua e a corrupção estão soltas na representação da fundação no Pará", completou.



Ademir: "Onde está o dinheiro?"

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sobre a reforma administrativa
 - 7h30 - "Jornal da Amazônia"
 - 8h - Debate entre o senador Lucio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde Antônio Werneck sobre a doação de órgãos
 - 9h - Sessão plenária (ao vivo)
 - 12h15 - Entrevista com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sobre a reforma administrativa
 - 13h15 - Debate entre o senador Lucio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde Antônio Werneck sobre a doação de órgãos
 - 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o ex-senador Jarbas Passarinho
 - 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
 - 20h35 - "Senado em Pauta"
 - 20h45 - Entrevista com o ministro da Administração, Bresser Pereira, sobre a reforma administrativa votada no Senado
 - 21h - "Fala Cidadão"
 - 22h - Resumo da semana
 - 22h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o ex-senador Jarbas Passarinho
 - 0h - "Fala Cidadão"
 - 0h30 - Telejornal "Resumo da Semana"
- Obs. Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais.
Programação sujeita a alterações.
SABADO
- 14h30 - Sessão da Comissão de Assuntos Sociais do dia 03/03 - reapresentação da audiência pública sobre o desmatamento da Amazônia

RÁDIO SENADO

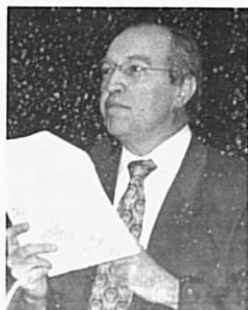
- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 - 8h45 - "Plenário em Revista"
 - 9h - Sessão plenária
 - 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 - 14h30 - Retransmissão da sessão plenária
 - 19h - "A Voz do Brasil"
 - 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 - 0h - Retransmissão da sessão plenária
- SABADO
- 8h - Resenha da semana (plenário)
 - 10h - Resenha da semana (comissões/presidência)
 - 10h30 - "Autores e Livros" apresenta a obra *Grandes Sonetos da Nossa Língua*
 - 11h - "A Música Erudita e seus Meestres" - o programa traz o *Concerto para Piano e Orquestra - Opus 54*, de Schumann, e também as *Valsas n.ºs 9, 10, 11 e 14*, de Chopin. Apresentação do senador Artur da Távola
 - 15h - Resenha da semana (plenário)
 - 16h - "A Música do Brasil" - O programa faz uma homenagem às mulheres: "Nomes de Mulher". A apresentação é do senador Artur da Távola
 - 20h - "Instrumental de Ouro" apresenta o violonista e compositor João Pernambuco, autor de *Sons de Camêloes e Luar do Sertão*
 - 22h - "Século XX" - As reformas de base do presidente João Goulart e sua queda, o aparecimento das novelas, a estreia de Janet Clair, a morte do jornalista e compositor Antônio Maria

Senador considera "válidas" as diretrizes estabelecidas pelo governo para o setor, mas se queixa de prejuízos causados pela violência, pelo alto preço das passagens aéreas e pela baixa qualidade da rede hoteleira

Alcântara defende prioridade ao turismo

Sem um esforço no sentido de resolver os problemas estruturais do país, o Brasil não realizará sua vocação turística, continuando à margem de um negócio que movimenta, mundialmente, mais de US\$ 423 bilhões, alertou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Conforme dados da Organização Mundial de Viagem e Turismo, sediada em Londres, o setor de turismo representa 10,7% do produto bruto mundial, acrescentou.

Ao comparar a situação do turismo nacional com a de países em que ele é uma indústria de ponta, o senador enfatizou que, para 2 milhões de turistas que vieram ao Brasil em 1996, a França recebeu 62 milhões e os Estados Unidos, 45 milhões. "Enquanto ao Brasil coube uma arrecadação de cerca de US\$



Alcântara lembra assalto no Rio

2,5 bilhões, a França embolsou 28,2 bilhões e os EUA, 64,3 bilhões", observou.

Em 1996, segundo Alcântara, o governo federal consolidou, através da Embratur, documento com quatro macroestratégias de desenvolvimento da Política Nacional de Turismo para o quadriênio 96/99. As propostas de promover a

atividade mediante parceria entre o governo e a iniciativa privada, de implantar infraestrutura básica adequada, qualificar profissionais para o setor e descentralizar a gestão do turismo, fortalecendo a participação de estados e municípios, são "válidas, quase óbvias", considerou o senador.

- Mas como fazer do turismo no Brasil um grande negócio, se os turistas são assaltados no bondinho do Corcovado, um dos mais conhecidos pontos turísticos do mundo? - questionou.

Além do impacto negativo da criminalidade, Lúcio Alcântara apontou também, como fatores que não beneficiam o desenvolvimento turístico, as altas tarifas aéreas praticadas no país, o transporte terrestre de má qualidade e a rede hoteleira excessivamente cara ou de má qualidade.

Júlio Campos quer política clara para Alca e Mercosul

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou para a necessidade de que o país adote uma política de prioridades na gestão do programa de integração com o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "A integração não deve ser feita aos sabores dos casuísticos, que não levam em conta os interesses próprios das partes envolvidas nos acordos."

Segundo o senador, o Brasil apresenta distribuição proporcional com relação aos seus parceiros comerciais, e, por isso, acordos econômicos que privilegiem uma área em detrimento de outra seriam danosos ao país.

- Reconhecemos que o fortalecimento das relações com os países do continente seja etapa indispensável no processo de inserção do Brasil, mas defendemos que esse

avanço se faça de forma segura, responsável e irreversível - afirmou.

Apesar de reconhecer a inadequação de um modelo de protecionismo absoluto na economia brasileira, Júlio Campos acredita na importância da adoção de mecanismos de defesa para alguns setores mais sensíveis, como o automobilístico e de informática. Como resposta à questão da abertura do mercado brasileiro, o senador aponta a prudência como a melhor solução.

- Não podemos ficar indiferentes a um processo crucial para o desenvolvimento do Brasil. Temos a missão constitucional da aprovação definitiva dos acordos e cumpre-nos zelar para que sejam firmados acima dos interesses momentâneos, e sejam presididos pelo entendimento de que a integração econômica constitui instrumento de impulso ao crescimento econômico dos países latino-americanos - analisou.



Campos sugere prudência

Rádio Senado divulga obra de Pernambuco

O compositor de *Luar do Sertão* é o personagem principal do programa especial inédito que será transmitido pela Rádio Senado às 20 horas de sábado e domingo.

Entre outras curiosidades, o programa revela que João Pernambuco aprendeu a tocar violão com os cantores e violeiros das feiras e mercados pernambucanos. Conta ainda que, sobre ele, Villa-Lobos teria dito: "Bach não se envergonharia de assinar seus estudos".

Tebet propõe retomada do Crédito Educativo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reafirmou ontem a necessidade de investimentos do governo federal para a recuperação do Programa de Crédito Educativo, que possibilita o custeio das mensalidades em universidades para estudantes de baixa renda. Segundo ele, os recursos do programa estão retidos no Tesouro Nacional.

Para Ramez Tebet, o ensino universitário brasileiro apresenta uma distorção, com a maioria das vagas nas escolas públicas ocupadas por alunos filhos das classes mais abastadas, enquanto "aqueles que não têm recursos estão nas escolas particulares, pagando altas mensalidades". Embora a solução do problema esteja no ensino básico, o senador entende que o Senado "deve lutar junto ao Ministério da Educação pela liberação dos recursos e, se possível, para



Tebet: distorção no ensino amplia o alcance do programa

O senador acredita que o crescimento do desemprego vem agravando o problema, exigindo providências concretas.

- Ao problema do não-financejamento do Crédito Educativo alia-se um fator que é dos mais graves: o desemprego, que vem forçando estudantes carentes a abandonar seus sonhos de conclusão de um curso superior - afirmou Tebet.

Amorim aponta uso irregular de verbas federais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apontou ontem irregularidades na gestão dos recursos federais pelo estado de Rondônia. Segundo o senador, apenas 10% dos recursos destinados a obras e programas sociais no estado foram efetivamente utilizados. Ele solicitou à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) a criação de uma subcomissão, composta por três senadores, três assessores e três técnicos, com o objetivo de investigar a aplicação destes recursos.



Amorim defende investigação

- A criação da subcomissão permitirá o acompanhamento *in loco* das obras, uma vez que tem-se tornado público o mau uso, pelo governo estadual, dos recursos federais - afirmou.

Amorim disse que o governador de Rondônia, Waldir Raupp, tem conhecimento das irregularidades. "O governador não tem escrúpulos de desviar recursos públicos", acusou.